

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2016

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3
---	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES.....	14
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	20
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD.....	20
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	23
8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS.....	26
9. OUTROS VALORES E BENS.....	26
10. INVESTIMENTOS.....	27
11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO.....	27
12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	28
13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	28
14. OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	29
15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	29
16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	30
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	30
18. TRIBUTOS.....	31
19. PARTES RELACIONADAS.....	33
20. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS A MERCADO	34
21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	34
22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	36
23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL.....	38
24. OUTRAS INFORMAÇÕES	40



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório Do Auditor Independente Sobre As Demonstrações Contábeis

Ao(s)
Conselho de Administração e Acionistas do
BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3g e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e exercício e do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

▪ Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia classifica suas operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A Companhia aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Companhia, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Companhia, quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pela Companhia e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco (“ratings”) das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se a Companhia atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3g e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

▪ **Provisões e passivos contingentes – cíveis e fiscais**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3l, e 22, a Companhia constitui provisão para demandas cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pela Companhia, relativos à captura dos processos, avaliação de risco processual, cálculo da provisão, condução dos processos e etapas de encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e a divulgação de passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto aos valores de constituições e reversões e quanto à suficiência da provisão. Avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes da Companhia, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, bem como dados e informações históricas e analisamos as mudanças nas estimativas em relação a períodos anteriores, quando aplicável. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3l e 22, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

▪ **Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos**

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas nº 3k e 18e), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos relevantes, implementados pela Companhia referentes ao processo quanto à determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos. Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se atendiam às diretrizes da regulamentação vigente. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3k e 18e, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o valor dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros Assuntos - Demonstração do Valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2016	31.12.2015		Nota	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE		18.325.815	19.772.063	PASSIVO CIRCULANTE		47.850	400.668
Disponibilidades	4	588	341	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	-	230.401
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	18.271.609	9.701.530	Recursos de debêntures		-	230.401
Aplicações no mercado aberto		13.571.992	9.701.530	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		4.839	854
Aplicações em depósitos interfinanceiros		4.699.617	-	FINAME	13a	4.839	854
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		8.805	9.986.118	Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	-	1.579
Carteira própria	6a	1.976	2.455	Outras Obrigações		43.011	167.834
Vinculados a prestação de garantias	6a	6.829	6.945	Sociais e estatutárias		8.244	24.650
Instrumentos financeiros derivativos	6d	-	9.976.718	Fiscais e previdenciárias	14a	20.669	98.148
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.820)	(12.841)	Credores por antecipação de valor residual	7c	4.315	33.434
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	84.552	135.575	Diversas	14b	9.783	11.602
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(83.899)	(131.713)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.959.413	19.186.570
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(3.473)	(16.703)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		17.959.413	19.186.570
Outros Créditos		45.563	95.421	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	17.935.260	19.145.662
Negociação e intermediação de valores		-	42	Recursos de debêntures		17.935.260	19.145.662
Diversos	8	45.569	95.599	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		3.535	9.403
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7f	(6)	(220)	FINAME	13a	3.535	9.403
Outros Valores e Bens	9	2.070	1.494	Outras Obrigações		20.618	31.505
Bens não de uso próprio		2.862	2.199	Fiscais e previdenciárias	14a	15.470	11.421
(Provisão para desvalorizações)		(1.056)	(963)	Credores por antecipação de valor residual	7c	3.152	20.084
Despesas antecipadas		264	258	Diversas	14b	1.996	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		668.503	775.765	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		987.055	960.590
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		518.479	520.432	Capital		899.539	872.800
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.061)	(7.713)	De domiciliados no País	17a	899.539	872.800
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	61.771	81.441	Reservas de Lucros	17b	87.516	87.790
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(61.294)	(79.122)				
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(2.538)	(10.032)				
Outros Créditos		520.514	527.881				
Diversos	8	520.518	527.918				
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7f	(4)	(37)				
Outros Valores e Bens		26	264				
Bens não de uso próprio		-	375				
(Provisão para desvalorizações)		-	(164)				
Despesas antecipadas		26	53				
PERMANENTE		150.024	255.333				
Investimentos	10	16.348	14.685				
Outros investimentos		24.525	21.862				
(Imparidade acumulada)		(8.177)	(7.177)				
Imobilizado de Uso		-	-				
Outras imobilizações de uso		186	186				
(Depreciações acumuladas)		(186)	(186)				
Imobilizado de Arrendamento	11a	133.676	213.108				
Bens arrendados		269.416	439.711				
Superveniência / (Insuficiência) de depreciação		(7.739)	60.716				
(Depreciações acumuladas)		(128.001)	(287.319)				
Diferido	11a	-	27.540				
Perdas em arrendamentos a amortizar		-	37.812				
(Amortização acumulada)		-	(10.272)				
TOTAL DO ATIVO		18.994.318	20.547.828	TOTAL DO PASSIVO		18.994.318	20.547.828

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre
findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.352.860	2.834.706	4.000.664
Operações de arrendamento mercantil	7b	77.434	191.088	689.431
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	1.275.898	2.383.806	722.185
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d.6	(472)	259.812	2.589.048
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.307.132)	(2.747.668)	(3.890.019)
Operações de captação no mercado	12b	(1.244.144)	(2.586.530)	(3.242.621)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13c	(282)	(750)	(1.010)
Operações de arrendamento mercantil	7b	(63.859)	(158.436)	(623.956)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	1.153	(1.952)	(22.432)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		45.728	87.038	110.645
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(16.597)	(29.498)	(50.678)
Outras despesas administrativas	15a	(5.798)	(15.309)	(19.379)
Despesas tributárias	18c	(3.011)	(6.545)	(20.758)
Outras receitas operacionais	15b	1.505	4.277	4.679
Outras despesas operacionais	15c	(9.293)	(11.921)	(15.220)
RESULTADO OPERACIONAL		29.131	57.540	59.967
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	16	(726)	1.563	(1.128)
Receitas não operacionais		(274)	3.046	3.133
Despesas não operacionais		(452)	(1.483)	(4.261)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		28.405	59.103	58.839
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18a	(10.057)	(24.394)	(167)
LUCRO LÍQUIDO		18.348	34.709	58.672
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		-	-	(29.000)
LUCRO POR AÇÃO				
Lucro por lote de mil ações - R\$		35.976,47	68.056,86	115.043,14
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510	510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e 2015
 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva Legal	Expansão	Outras Reservas			
Saldos em 31.12.2014		872.800	38.764	-	19.354	1.386	-	932.304
Reserva de expansão		-	-	19.354	(19.354)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	17c	-	-	-	-	(1.386)	-	(1.386)
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	58.672	58.672
Destinações:								
Reserva legal		-	2.933	-	-	-	(2.933)	
Juros sobre o capital próprio	17d	-	-	-	-	-	(29.000)	(29.000)
Reserva especias de lucros		-	-	-	26.739	-	(26.739)	
Saldos em 31.12.2015		872.800	41.697	19.354	26.739	-	-	960.590
Mutações do período		-	2.933	19.354	7.385	(1.386)	-	28.286
Saldos em 30.06.2016		899.539	42.515	19.354	-	-	15.543	976.951
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	18.348	18.348
Destinações:								
Reserva legal		-	917	-	-	-	(917)	-
Dividendos	17d	-	-	-	-	-	(8.244)	(8.244)
Reserva especias de lucros		-	-	-	24.730	-	(24.730)	-
Saldos em 31.12.2016		899.539	43.432	19.354	24.730	-	-	987.055
Mutações do período		-	917	-	24.730	-	(15.543)	10.104
Saldos em 31.12.2015		872.800	41.697	19.354	26.739	-	-	960.590
Aumento de capital		26.739	-	-	(26.739)	-	-	-
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	34.709	34.709
Destinações:								
Reserva legal		-	1.735	-	-	-	(1.735)	-
Dividendos	17d	-	-	-	-	-	(8.244)	(8.244)
Reserva especias de lucros		-	-	-	24.730	-	(24.730)	-
Saldos em 31.12.2016		899.539	43.432	19.354	24.730	-	-	987.055
Mutações do período		26.739	1.735	-	(2.009)	-	-	26.465

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		28.405	59.103	58.839
Ajustes ao Lucro antes dos tributos e participações		64.593	154.328	614.164
Provisão arrendamento mercantil e outros créditos	7f	(1.153)	1.952	22.432
Depreciações e amortizações		32.669	77.167	145.633
Suficiência de depreciação		24.609	68.455	442.517
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	16	759	1.000	2.259
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens	16	470	(1.323)	(399)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	16	(62)	(71)	(42)
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	22d.1	5.999	5.745	4.821
Resultado com títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda		241	342	(3.057)
Outras receitas e despesas operacionais		1.061	1.061	-
Lucro ajustado antes dos Tributos e Participações		92.998	213.431	673.003
Variações Patrimoniais		2.766.719	2.870.632	2.071.002
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		2.995.159	(5.552.089)	(1.013.494)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		2.176.409	9.975.255	13.380.922
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		(588)	(17.872)	(22.766)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(4.541)	34.389	65.322
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(528)	1.056	4.323
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.647)	(58.158)	(185.691)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(2.382.991)	(1.440.803)	(9.725.081)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(716)	(1.883)	(2.651)
(Redução) Aumento em outras obrigações		(11.838)	(69.263)	(429.882)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		2.859.717	3.084.063	2.744.005
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento				
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(9)	(9)	(559)
(Aquisição) de investimentos		(2.663)	(2.663)	(7.925)
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento		(37.492)	(51.831)	(54.250)
(Aquisição) de diferidos		(9.350)	(20.034)	(23.506)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		119	146	542.972
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento		11.146	33.215	70.228
Alienação de diferidos		-	-	715
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(38.249)	(41.176)	527.675
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento				
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos		-	(24.650)	-
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(24.650)	-
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.821.468	3.018.237	3.271.680
Início do período		8.885.146	8.688.377	5.416.697
Fim do período	4	11.706.614	11.706.614	8.688.377
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.821.468	3.018.237	3.271.680

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2016		Exercicio/2016		Exercicio/2015	
Receitas		1.345.499		2.826.673		3.966.563	
Receita da intermediação financeira		1.352.860		2.834.706		4.000.664	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	1.153		(1.952)		(22.432)	
Outras receitas/(despesas)	15b / 15c / 16	(8.514)		(6.081)		(11.669)	
Despesas da intermediação financeira		(1.275.617)		(2.668.549)		(3.721.954)	
Insumos adquiridos de terceiros		(5.788)		(15.290)		(19.296)	
Serviços de terceiros	15a	(4)		(7)		(7)	
Processamento de dados	15a	(1.647)		(3.879)		(5.183)	
Publicações	15a	(35)		(174)		(174)	
Serviços do sistema financeiro	15a	(615)		(720)		(362)	
Serviços técnicos especializados	15a	(2.035)		(8.297)		(7.369)	
Emolumentos judiciais e cartorários	15a	(349)		(562)		(700)	
Despesas de contribuições filantrópicas	15a	(633)		(633)		(4.142)	
Outras	15a	(470)		(1.018)		(1.359)	
Valor Adicionado Bruto		64.094		142.834		225.313	
Despesas de amortização/depreciação		(32.669)		(77.167)		(145.633)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		31.425		65.667		79.680	
Valor Adicionado a Distribuir		31.425	100,00%	65.667	100,00%	79.680	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		31.425	100,00%	65.667	100,00%	79.662	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições		13.068	41,58%	30.939	47,11%	20.925	26,27%
Federais		11.827		28.148		5.799	
Estaduais		1.027		2.300		14.239	
Municipais		214		491		887	
Remuneração de Capitais de Terceiros		9	0,03%	19	0,03%	65	0,08%
Aluguéis	15a	9		19		65	
Remuneração de Capitais Próprios		18.348	58,39%	34.709	52,86%	58.672	73,65%
Dividendos		8.244		8.244		-	
Juros sobre o capital próprio		-		-		29.000	
Lucro retido		10.104		26.465		29.672	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais)

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim (“Conglomerado”) e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Eventos Subsequentes, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Em 24 de Novembro de 2016, foi emitida a Resolução CMN Nº 4.534 que trata do reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e do diferido. Requerimentos referentes à descontinuidade dos registros contábeis do ativo diferido tornou-se vigente a partir da data de publicação da norma, e os demais requerimentos, relativos à mensuração e classificação do ativo intangível, devem ser aplicados prospectivamente a partir de 1º de Janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos para a Companhia.

A Resolução CMN Nº 4.535, também emitida em 24 de Novembro de 2016, trata do registo contábil dos componentes do imobilizado e aplica-se prospectivamente a partir de 1º de Janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos relevantes para a Companhia.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 09 de fevereiro de 2017.

Declaração de Conformidade

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10%.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente. Em decorrência da aplicação da Resolução Nº 4.534 emitida em 24 de Novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, as perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A Companhia avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

m) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	588	341
Disponibilidades em moeda nacional	588	341
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	11.706.026	8.688.036
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	11.706.026	8.688.036
Total	11.706.614	8.688.377

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	13.571.992	9.701.530
Letras Financeiras do Tesouro	106.086	-
Letras do Tesouro Nacional	4.675.151	1.812.859
Notas do Tesouro Nacional	6.924.789	5.291.090
Debêntures	1.632.844	2.597.581
Nota Promissória	233.122	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.699.617	-
Total	18.271.609	9.701.530
Ativo circulante	18.271.609	9.701.530

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada	890.519	1.688.213	661.446
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	383.675	691.366	-
Total	1.274.194	2.379.579	661.446

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2016						31.12.2015		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)	6.945	6.945	-
Títulos Públicos	-	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)	6.945	6.945	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)	6.945	6.945	-
2 – Títulos Disponíveis para Venda	1.976	-	-	1.976	1.976	-	2.455	2.455	-
Títulos Privados	1.976	-	-	1.976	1.976	-	2.455	2.455	-
Cotas de Fundos de Investimentos	1.976	-	-	1.976	1.976	-	2.455	2.455	-
Total (1 + 2)	1.976	2.988	3.841	8.807	8.805	(2)	9.400	9.400	-

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2016						31.12.2015		
	Valor de Mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	1.976	-	-	1.976	1.976	-	2.455	2.455	-
Vinculados à prestação de garantias	-	2.988	3.841	6.831	6.829	(2)	6.945	6.945	-
Total	1.976	2.988	3.841	8.807	8.805	(2)	9.400	9.400	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2016					31.12.2015		
	Valor de Mercado			Total		Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo
Títulos para negociação	-	2.988	3.841	6.831	6.829	6.945	6.945	6.945
Títulos Disponíveis para Venda	1.976	-	-	1.976	1.976	2.455	2.455	2.455
Total	1.976	2.988	3.841	8.807	8.805	9.400	9.400	9.400

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	1.976	-	1.976	2.455	-	2.455
Vinculados à prestação de garantias	6.829	-	6.829	6.945	-	6.945
Total	8.805	-	8.805	9.400	-	9.400

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	31.12.2016		31.12.2015	
1 – Título para Negociação	6.829	78%	6.945	74%
2 – Títulos Disponíveis para Venda	1.976	22%	2.455	26%
Valor contábil / mercado da carteira	8.805	100%	9.400	100%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	1.274.194	2.379.579	661.446
Títulos de renda fixa	1.610	4.017	60.610
Aplicações em fundos de investimento	94	210	129
Total	1.275.898	2.383.806	722.185

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em negociação, com limites e alçadas definidos pela Companhia.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade da Companhia não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à Companhia.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Venda	74.871	-	-	135.056	-	-
DI	74.871	-	-	135.056	-	-
Contratos de Swaps ^{(1) (2)}						
Posição Ativa	-	-	-	5.563.000	24.502	31.341
DI	-	-	-	5.563.000	22.926	31.341
Pré-fixado	-	-	-	-	1.576	-
Posição Passiva	-	-	-	3.650.000	(261)	(1.579)
Pré-fixado	-	-	-	3.650.000	(261)	(1.579)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	-	-	-	18.120.787	9.950.901	9.945.377
Box de opções - Pré-fixado	-	-	-	18.120.787	9.950.901	9.945.377

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2016	31.12.2015
Contratos futuros	3.996	16.599	19.564	34.712	74.871	135.056
Contratos de <i>swaps</i>	-	-	-	-	-	9.213.000
Box de opções	-	-	-	-	-	18.120.787

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2016)

	Futuros
BM&F Bovespa	74.871

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2016	31.12.2015
Letras Financeiras do Tesouro	6.829	6.945
Total	6.829	6.945

d.5) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
Contratos de <i>swaps</i>	-	-	31.341	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.945.377	-
Total	-	-	9.976.718	-
Passivo				
Contratos de <i>swaps</i>	-	-	(1.579)	-
Total	-	-	(1.579)	-

d.6) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
<i>Swap</i>	-	(4.510)	100.120
Futuros	(472)	(3.836)	(43.943)
Box de opção	-	268.158	2.531.002
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	-	-	1.869
Total	(472)	259.812	2.589.048

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	31.12.2016	31.12.2015
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	146.323	217.016
Arrendamentos financeiros a receber	146.323	217.016
Ativo circulante	84.552	135.575
Ativo não circulante	61.771	81.441

	31.12.2016	31.12.2015
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(145.193)	(210.835)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(145.193)	(210.835)
Ativo circulante	(83.899)	(131.713)
Ativo não circulante	(61.294)	(79.122)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	77.434	191.088	689.431
Arrendamentos financeiros	50.893	127.647	311.819
Lucro na alienação de bens arrendados	17.502	42.478	351.156
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	9.039	20.963	26.456
Despesas de Arrendamento Mercantil	(63.859)	(158.436)	(623.956)
Arrendamentos financeiros	(63.281)	(155.822)	(623.396)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(578)	(2.614)	(560)
Total	13.575	32.652	65.475

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2016	%	31.12.2015	%
Setor Privado	127.351	100,00%	194.275	100,00%
Pessoa Física ⁽¹⁾	1.616	1,27%	29.260	15,06%
Pessoa Jurídica	125.735	98,73%	165.015	84,94%
Agronegócio de origem animal	-	-	5	0,00%
Atividades específicas da construção	6.704	5,26%	10.057	5,18%
Automotivo	2.256	1,77%	2.990	1,54%
Comércio atacadista e indústrias diversas	2.215	1,74%	13.190	6,79%
Comércio varejista	606	0,48%	1.082	0,56%
Imobiliário	-	-	25	0,01%
Madeireiro e moveleiro	-	-	10	0,01%
Papel e celulose	-	-	5	0,00%
Serviços	91.927	72,18%	103.354	53,20%
Têxtil e confecções	-	-	4	0,00%
Transportes	19.594	15,39%	30.438	15,67%
Demais atividades	2.433	1,91%	3.855	1,98%
Total	127.351	100,00%	194.275	100,00%

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Arrendamentos financeiros a receber	146.323	217.016
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(145.193)	(210.835)
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	12	964
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	133.676	240.648
Credores por antecipação do valor residual	(7.467)	(53.518)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	127.351	194.275

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2016	31.12.2015
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	1.008	29.285	87.610	293	2.263	-	-	-	107	120.566	160.496
01 a 30	174	1.415	5.493	22	121	-	-	-	12	7.237	13.489
31 a 60	158	1.408	5.493	22	121	-	-	-	12	7.214	12.584
61 a 90	66	1406	4.750	22	121	-	-	-	12	6.377	10.747
91 a 180	193	4.115	13.734	67	356	-	-	-	36	18.501	28.403
181 a 360	330	6.593	21.787	134	713	-	-	-	35	29.592	41.588
Acima de 360	87	14.348	36.353	26	831	-	-	-	-	51.645	53.685
Parcelas Vencidas	2	170	5	-	-	-	-	-	-	177	921
Até 14 dias	2	170	5	-	-	-	-	-	-	177	921
Subtotal	1.010	29.455	87.615	293	2.263	-	-	-	107	120.743	161.417
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	33	14	89	18	20	297	1.372	1.843	15.880
01 a 30	-	-	33	7	44	4	4	175	147	414	2.027
31 a 60	-	-	-	7	44	4	4	104	147	310	1.900
61 a 90	-	-	-	-	1	4	4	5	147	161	1.600
91 a 180	-	-	-	-	-	6	8	13	441	468	4.281
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	490	490	4.921
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.151
Parcelas Vencidas ⁽¹⁾	-	-	273	74	490	41	36	2.950	901	4.765	16.978
De 01 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	962
15 a 30	-	-	29	5	38	3	2	110	183	370	1.145
31 a 60	-	-	27	5	38	3	2	110	183	368	2.084
61 a 90	-	-	27	5	38	2	2	110	181	365	1.524
91 a 180	-	-	78	14	113	5	6	330	199	745	5.160
181 a 360	-	-	52	21	225	8	8	656	46	1.016	6.077
Acima de 360	-	-	60	24	38	20	16	1.634	109	1.901	26
Subtotal	-	-	306	88	579	59	56	3.247	2.273	6.608	32.858
Total	1.010	29.455	87.921	381	2.842	59	56	3.247	2.380	127.351	194.275

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2016			31.12.2015		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0,00%	1.010	-	-	7.304	-	-
A	0,50%	29.455	(147)	(147)	36.343	(183)	(183)
B	1%	87.921	(879)	(879)	89.791	(897)	(897)
C	3%	381	(12)	(12)	29.277	(878)	(878)
D	10%	2.842	(284)	(284)	4.060	(406)	(406)
E	30%	59	(18)	(18)	595	(179)	(179)
F	50%	56	(28)	(28)	4.486	(2.243)	(2.243)
G	70%	3.247	(2.273)	(2.273)	710	(497)	(497)
H	100%	2.380	(2.380)	(2.380)	21.709	(21.709)	(21.709)
Total		127.351	(6.021)	(6.021)	194.275	(26.992)	(26.992)

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	9.434	26.992	35.879
Reforço / (reversão)	(1.153)	1.952	22.432
Baixas para prejuízo	(2.260)	(22.923)	(31.319)
Saldo final	6.021	6.021	26.992

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Concentração das Operações de Arrendamento mercantil

	31.12.2016	% da carteira	31.12.2015	% da carteira
Maior devedor	70.746	55,55%	80.676	41,53%
10 Maiores devedores	119.378	93,74%	144.720	74,49%
20 Maiores devedores	124.970	98,13%	159.351	82,02%
50 Maiores devedores	126.114	99,03%	164.217	84,53%
100 Maiores devedores	126.607	99,42%	165.314	85,09%

h) Movimentação dos créditos renegociados

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	1.889	2.586	4.344
Contratações ⁽¹⁾	79	300	602
(Recebimento) e apropriação de juros	(514)	(1.322)	(1.934)
Baixa para prejuízo	(157)	(267)	(426)
Saldo final	1.297	1.297	2.586

i) Informações Complementares

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Montante de créditos recuperados anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	9.039	20.963	26.456

⁽¹⁾ Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	518.535	541.618
Devedores por depósitos em garantia (Nota 22f)	22.676	20.690
Impostos e contribuições a compensar	23.774	45.410
Impostos e contribuições a recuperar	-	11
Valores a receber de sociedades ligadas	-	14.824
Títulos e créditos a receber	12	964
Devedores Diversos - País	1.090	-
Total	566.087	623.517
Ativo circulante	45.569	95.599
Ativo não circulante	520.518	527.918

9. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2016	31.12.2015
Bens não de Uso Próprio	2.862	2.574
Máquinas e equipamentos	268	-
Veículos e afins	2.594	2.574
(Provisão para desvalorização)	(1.056)	(1.127)
Despesas Antecipadas	290	311
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	-	298
Despesas de serviços do sistema financeiro	28	12
Despesas de serviços técnicos especializados	153	-
Seguros	109	-
Outras	-	1
Total	2.096	1.758
Ativo circulante	2.070	1.494
Ativo não circulante	26	264

⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua originção.

10. INVESTIMENTOS

	31.12.2016	31.12.2015
Investimentos por incentivos fiscais	24.525	21.862
(Imparidade acumulada)	(8.177)	(7.177)
Total	16.348	14.685

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	31.12.2016	31.12.2015
Bens Arrendados	269.416	439.711
Veículos e afins	146.512	332.784
Máquinas e equipamentos	68.259	94.652
Móveis	3.379	3.379
Instalações	416	416
Sistemas de processamento de dados	1.579	8.480
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽¹⁾	49.271	-
Superveniências / (Insuficiência) de Depreciações	(7.739)	60.716
Depreciação Acumulada ⁽¹⁾	(128.001)	(287.319)
Diferido ⁽¹⁾	-	27.540
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	37.812
Amortização acumulada do diferido	-	(10.272)
Total	133.676	240.648

⁽¹⁾ Conforme Carta Circular 3.791, a rubrica de diferido de arrendamento foi reclassificada para o grupo de imobilizado de arrendamento para a data base 31 de dezembro de 2016.

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2016	31.12.2015
Valor presente	134.818	247.793
Credores por antecipação do valor residual	7.467	53.518
Valor presente das operações de arrendamento	127.351	194.275
(-) Valor contábil das operações	142.557	187.077
Arrendamentos a receber - recursos internos	146.323	217.016
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(145.193)	(210.835)
Valores residuais a realizar	9.416	58.802
Valores residuais a balancear	(9.416)	(58.802)
Títulos e créditos a receber	12	964
Bens arrendados	269.416	439.711
Depreciação acumulada de bens arrendados	(128.001)	(287.319)
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	37.812
Amortização acumulada do diferido	-	(10.272)
(=) Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação	(7.739)	60.716

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Depreciação acumulada

	31.12.2016	31.12.2015
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(128.001)	(287.319)
(-) Superveniência / (Insuficiência) de depreciação	(7.739)	60.716
(=) Depreciação Acumulada	(135.740)	(226.603)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
Debêntures					
Pós-fixado	100% do DI	2006	2027	17.935.260	19.376.063
Total				17.935.260	19.376.063
Passivo circulante				-	230.401
Passivo não circulante				17.935.260	19.145.662

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Despesas de Captações no Mercado Aberto	-	-	(35)
Carteira de livre movimentação	-	-	(35)
Despesas de Captação de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.244.144)	(2.586.530)	(3.242.586)
Debêntures	(1.244.144)	(2.586.530)	(3.242.586)
Total	(1.244.144)	(2.586.530)	(3.242.621)

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.12.2016	31.12.2015
FINAME		8.374	10.257
Pré-fixado	0,30% a.a. a 8,30% a.a.	8.374	10.257
Total		8.374	10.257
Passivo circulante		4.839	854
Passivo não circulante		3.535	9.403

b) Segregação de Repasses por Prazo de Exigibilidade

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2016	31.12.2015
Repasses do País - FINAME	1.524	3.315	3.163	308	64	8.374	10.257
Total	1.524	3.315	3.163	308	64	8.374	10.257

c) Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Despesas de Obrigações por Repasses - FINAME	(282)	(750)	(1.010)
Total	(282)	(750)	(1.010)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	20.220	79.894
Impostos e contribuições a recolher	449	4.605
Passivo fiscal diferido (Nota 18d)	-	16.246
Provisão para demandas fiscais (Nota 22d1)	15.470	8.824
Total	36.139	109.569
Passivo circulante	20.669	98.148
Passivo não circulante	15.470	11.421

b) Diversas

	31.12.2016	31.12.2015
Credores diversos – no País	3.390	5.282
Provisão para pagamentos a efetuar	4.030	1.060
Provisões para demandas cíveis (Nota 22d1)	4.359	5.260
Total	11.779	11.602
Passivo circulante	9.783	11.602
Passivo não circulante	1.996	-

15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Aluguéis	(9)	(19)	(65)
Manutenção e conservação de bens	-	-	(29)
Processamento de dados	(1.647)	(3.879)	(5.183)
Publicações	(35)	(174)	(174)
Serviços do sistema financeiro	(615)	(720)	(362)
Serviços de terceiros	(4)	(7)	(7)
Serviços técnicos especializados	(2.035)	(8.297)	(7.369)
Emolumentos judiciais e cartorários	(349)	(562)	(700)
Impostos e multas de bens arrendados	(468)	(1.002)	(1.235)
Comunicações	-	-	(18)
Despesas de contribuições filantrópicas	(633)	(633)	(4.142)
Outras	(3)	(16)	(95)
Total	(5.798)	(15.309)	(19.379)

b) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Reversão de provisões - demandas cíveis	53	-	-
Reversão de provisões - demandas fiscais	(723)	-	-
Atualização de depósitos em garantia	305	965	1.785
Recuperação de encargos e despesas	1.106	1.773	1.373
Variação monetária ativa	674	1.411	840
Ressarcimento de custos associados	79	118	520
Outras	11	10	161
Total	1.505	4.277	4.679

c) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Custos associados a produção - Parceiros comerciais	(60)	(298)	(2.103)
Demandas fiscais	(6.230)	(6.230)	(5.475)
Demandas cíveis	(1.234)	(3.624)	(7.347)
Depósitos Judiciais	-	-	(10)
Provisão para perdas - outros riscos	(1.061)	(1.061)	-
Outras	(708)	(708)	(285)
Total	(9.293)	(11.921)	(15.220)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas não operacionais	(274)	3.046	3.133
Lucro na alienação de valores e bens	-	2.197	2.102
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	(61)	71	266
Outras	(213)	778	765
Despesas não operacionais	(452)	(1.483)	(4.261)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(348)	(589)	(2.259)
Desvalorização de outros valores e bens	123	-	(224)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(227)	(874)	(1.703)
Perdas de Capital	-	(20)	(75)
Total	(726)	1.563	(1.128)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 899.539 (R\$ 872.800 em 31 de dezembro de 2015), está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 26.739, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de maio de 2016.

b) Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para “Reserva para expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Títulos Disponíveis para venda	Exercício/2015			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
BV Leasing	1.386	(2.311)	925	-
Total	1.386	(2.311)	925	-

d) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

Em 31 de dezembro de 2015, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 29.000.

A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 8.244 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	Exercício/2016	Exercício/2015
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
Lucro líquido do período	34.709	58.672
Reserva legal	(1.735)	(2.933)
Base de cálculo	32.974	55.739
Dividendo mínimo obrigatório	8.244	13.935
Valor proposto	8.244	29.000
% sobre a base de cálculo	25%	52%

	Exercício/2016		Exercício/2015	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$
Lucro líquido do período	34.709	68.056,86	58.672	115.043,14
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(29.000)	(56.862,75)
Dividendos a pagar	(8.244)	(16.164,71)	-	-

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta de Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

18. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Valores correntes	(5.380)	(17.558)	(74.352)
IR e CSLL no País – Corrente	(8.043)	(20.221)	(79.895)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	2.663	2.663	5.543
Valores Diferidos	(4.677)	(6.836)	74.185
Passivo fiscal diferido	4.218	16.247	110.442
Marcação a mercado	-	1.068	(188)
Superveniência de depreciação	4.218	15.179	110.630
Ativo fiscal diferido	(8.895)	(23.083)	(36.257)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(2.722)	(6.914)	(35.215)
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	(6.393)	(16.854)	(294)
Marcação a mercado	220	685	(748)
Total	(10.057)	(24.394)	(167)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Resultado antes dos tributos e participações	28.405	59.103	58.839
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015)	(12.782)	(26.595)	(26.478)
Encargos sobre JCP	-	-	13.050
Outros valores ⁽¹⁾	2.725	2.201	13.261
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(10.057)	(24.394)	(167)

⁽¹⁾ Inclui, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 6.336 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Cofins	(1.512)	(3.159)	(4.843)
ISSQN	(214)	(491)	(887)
PIS	(246)	(513)	(787)
Outras	(1.039)	(2.382)	(14.241)
Total	(3.011)	(6.545)	(20.758)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2016	31.12.2015
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	-	15.179
Marcação a mercado	-	1.067
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	-	16.246
Imposto de Renda	-	15.772
Contribuição Social	-	474

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2015	Exercício/2016	31.12.2016
	Saldo	Movimentação Líquida no Período ⁽¹⁾	Saldo
Diferenças temporárias	52.165	(16.169)	35.996
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	45.400	(22.873)	22.527
Provisões Passivas	6.258	6.048	12.306
Marcação a mercado	-	685	685
Outras provisões	507	(29)	478
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	489.453	(6.914)	482.539
Total dos Créditos Tributários Ativados	541.618	(23.083)	518.535
Imposto de Renda	518.597	(14.838)	503.759
Contribuição Social	23.021	(8.245)	14.776

⁽¹⁾ Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

Não Ativado

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 2º Semestre de 2016.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2017	20.424	19.220
Em 2018	10.103	8.921
Em 2019	5.567	4.605
Em 2020	6.750	5.229
Em 2021	8.638	6.262
A partir de 2022	467.053	228.833
Total de Créditos Tributários	518.535	273.070

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, observou-se a realização de créditos tributários na BV Leasing no montante de R\$ 29.747 (R\$ 53.382 em 2015), correspondente a 81% (96% em 2015) da respectiva projeção de utilização para o período de 2016, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2017	1%	55%
Em 2018	1%	19%
Em 2019	1%	3%
Em 2020	1%	8%
Em 2021	1%	15%
A partir de 2022	95%	-

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);

19. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.12.2016				
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	27	-	506	-	533
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	18.271.609	-	18.271.609
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(17.935.260)	-	(17.935.260)
Outros Passivos	-	-	(8.244)	-	(8.244)
	2º Semestre/2016				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	1.272.427	-	1.272.427
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(1.244.139)	-	(1.244.139)
	Exercício/2016				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	2.209.692	-	2.209.692
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	263.648	-	263.648
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(2.586.474)	-	(2.586.474)

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2015				Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	
Ativos					
Disponibilidades	26	-	143	-	169
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	9.701.530	-	9.701.530
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.976.718	-	9.976.718
Outros créditos	-	-	14.866	-	14.866
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(19.375.490)	-	(19.375.490)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.579)	-	(1.579)
Exercício/2015					
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	590.335	-	590.335
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.610.624	-	2.610.624
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(2.777.879)	-	(2.777.879)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – VALOR DE MERCADO

	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	18.271.609	18.271.609	9.701.530	9.701.530
Títulos e valores mobiliários	8.805	8.805	9.400	9.400
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.976.718	9.976.718
Operações de arrendamento mercantil	127.351	125.665	194.275	193.643
Passivo				
Circulante e Não circulante				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(17.935.260)	(17.935.232)	(19.376.063)	(19.416.920)
Obrigações por repasses do País	(8.374)	(8.374)	(10.257)	(10.257)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.579)	(1.579)

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2016:

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil e recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2016:

Cenário I ⁽¹⁾			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(672)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(18.408)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(34.995)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 31 de dezembro de 2016, para o prazo de um ano é 11,53%. Desse modo, toda a curva é chocada em 2,88% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadrem no disposto da Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações Fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

c) Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

d) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis – Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.
Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	Demandas fiscais ⁽¹⁾			Demandas cíveis ⁽²⁾		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	8.517	8.824	3.347	5.313	5.260	5.916
Constituições	6.977	7.452	13.748	713	1.269	894
Reversões	-	(755)	(833)	(757)	(1.215)	(1.065)
Baixas	(108)	(297)	(7.681)	(1.221)	(1.965)	(2.277)
Atualizações	84	246	243	311	1.010	1.792
Saldo final	15.470	15.470	8.824	4.359	4.359	5.260

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2016	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	15.396	4.359
De 5 a 10 anos	74	-
Total	15.470	4.359

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2016	31.12.2015
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	516	587
Demandas Cíveis ⁽²⁾	521	392
Total	1.037	979

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

f) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2016	31.12.2015
Contingências fiscais	6.006	5.450
Contingências cíveis	16.670	15.240
Total	22.676	20.690

g) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhadas às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador, emissor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com o Banco Votorantim.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à Companhia.

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, o Conglomerado adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a Companhia dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Visando a avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, o Conglomerado elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos. Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

III – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de Companhias assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Companhias abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,06% (15,23 % em 31 de dezembro de 2015).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, a Companhia mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2016.
